

A AFIRMAÇÃO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA OBRA DE RICARDO ANTUNES

Wallace Pereira Sant Ana¹

Glen César Lemos²

RESUMO

O estudo faz uma análise do trabalho no mundo contemporâneo, tendo em vista seu processo histórico de constituição na sociedade. Objetiva-se analisar os sentidos do trabalho a partir da obra de Antunes (1999) e as implicações do capital no processo de construção do trabalho na sociedade. O caminho metodológico percorrido foi uma revisão bibliográfica, com ênfase na obra *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, de Ricardo Antunes, utilizando-se de outros estudos pertinentes à temática proposta. A escolha pelo tema se justifica pelos subsídios teóricos consistentes que os estudos de Ricardo Antunes trazem para a compreensão do trabalho na sociedade capitalista e os desdobramentos ocorridos nos processos de crise do capital, como também dos elementos norteadores elencados pelo autor com vistas à superação da visão reducionista e dominante da categoria “trabalho” pelos sujeitos sociais. Os resultados mostraram a importância de se compreender e entender a centralidade que o trabalho assume na sociedade, como mecanismo fundante dos processos ontológico e histórico do homem enquanto ser social. A compreensão dos sentidos do trabalho na sociedade capitalista levou a perceber como o capital se utiliza dessa categoria como instrumento de dominação e controle social. Além disso, concluiu-se, a partir disso, a necessidade de conceber o trabalho como fator preponderante para se compreender a amplitude que o mesmo assumiu nas relações sociais e na formação emancipatória dos indivíduos.

Palavras-chave: Sentidos; Trabalho; Sociedade; Capital.

THE AFFIRMATION OF THE CENTRALITY OF WORK IN THE SOCIETY: A REFLECTION FROM THE WORK OF RICARDO ANTUNES

ABSTRACT

The study analyzes the work in the contemporary world, considering its historical process of constitution in society. The objective of this study is to analyze the meanings of work based on the work of Antunes (1999) and the implications of capital in the process of building work in society. The methodological path followed was a bibliographical review, with emphasis on the work *The Senses of Work: essay on affirmation and denial of work*, by Ricardo Antunes, using other studies pertinent to the

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

proposed theme. The choice for the theme is justified by the consistent theoretical subsidies that the studies of Ricardo Antunes bring to the understanding of the work in the capitalist society and the unfoldings occurred in the capital crisis processes, as well as the guiding elements listed by the author with a view to overcoming the vision reductionist and dominant category of "work" by social subjects. The results showed the importance of understanding and understanding the centrality that work assumes in society, as a founding mechanism of the ontological and historical processes of man as a social being. The understanding of the meanings of labor in capitalist society has led us to understand how capital uses this category as an instrument of domination and social control. In addition, it was concluded from this, the need to conceive of work as a preponderant factor to understand the breadth that it assumed in social relations and in the emancipatory formation of individuals.

Keywords: Senses; Job; Society; Capital.

INTRODUÇÃO

O trabalho é concebido como fator ontologicamente essencial tanto para a organização da sociedade e para a existência humana, como pela sua característica de centralidade em explicar o mundo contemporâneo em seu plano teórico – da vida humana – e empírico – da práxis. O trabalho como princípio educativo é apresentado no contexto educacional como um dos caminhos para o enfrentamento da implantação, pela sociedade capitalista, do trabalho como mecanismo de dominação e de subalternidade sobre os sujeitos sociais.

Tendo em vista a essência do trabalho na contemporaneidade, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição de Ricardo Antunes para a compreensão dos sentidos que o trabalho exerceu durante seu processo de afirmação na formação e relação sociais. A partir disso, enfatizou-se os principais aspectos assumidos pelo trabalho na obra de Antunes (1999), a partir de uma reflexão dos sentidos, das ideologias e suas reproduções a partir do processo de produção capitalista. Assim, partimos da seguinte questão problema: Quais as principais contribuições da obra de Antunes (1999) para a compreensão dos sentidos do trabalho no contexto social e educacional, a partir das reflexões das características ideológicas no processo de produção capitalista, e quais os caminhos para a superação das concepções dominante e reducionista do trabalho na sociedade contemporânea?

A realização do presente estudo se justificou pela importância e necessidade de se compreender as bases conceituais que a categoria trabalho assumiu no processo de

produção capitalista, como mecanismo ideológico de dominação em prol do capital, bem como da sua necessidade de superação e visão dessa categoria para além do capital, tendo como fundamento as dimensões ontológica e histórica como fatores essenciais para a formação *omnilateral* e para a emancipação dos sujeitos sociais.

OS SENTIDOS DO TRABALHO EM RICARDO ANTUNES

A obra *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, de Ricardo Antunes, e os debates realizados em torno da temática por outros autores, configuraram-se numa densa e rigorosa análise do trabalho no mundo contemporâneo e a configuração da classe trabalhadora. A tese central de Antunes é defender a “[...] centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea, contra a *desconstrução teórica* que foi realizada nos últimos anos” (ANTUNES, 1999, p. 13, grifo do autor).

Antunes (1999) aborda o sistema de produção de mercadorias, seus mecanismos de produtividade e concorrência e os efeitos que a busca pelo capital tem acarretado para as relações sociais no mundo contemporâneo. E a consequência suscitada se relaciona diretamente com questões como a precarização do trabalho e o aumento do número de desempregados. “Na contemporaneidade, o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, influenciando a relação com a sociedade e adquirindo dimensão dúplice e contraditória, ao mesmo passo que ele cria, humaniza, libera e emancipa, todavia, subordina, degrada, escraviza e aliena” (SILVA; BRAGA, 2014, p. 46).

Desse modo, é necessário compreender as mutações e metamorfoses que vem ocorrendo no mundo contemporâneo e seus principais significados e consequências para o sistema social. E o trabalho, como elemento crucial nas distintas formações sociais, é concebido por Silva e Braga (2014, p. 48) como

[...] a matriz fundante do ser social, uma vez que ele se constitui em mediação entre o ser natural e o ser social. Além disso, é através do trabalho que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, sendo, portanto, a base a partir da qual se estrutura qualquer forma de sociabilidade.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental entender o sistema de metabolismo social e seus sistemas em suas duas ordens de mediação. O *sistema de mediação de*

primeira ordem apresenta como funções vitais: as atividades biológicas reprodutivas; a regulação do processo de trabalho a partir de um sistema de trocas compatíveis; a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades, materiais e culturais; a alocação racional dos recursos materiais e humanos; e a organização de regulamentos sociais.

Sobre o sistema de mediação de primeira ordem, Antunes (1999, p. 19) nos afirma que sua finalidade é

[...] a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, [...] os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de *funções primárias de mediações*, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela *ontologia singularmente humana do trabalho*, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem (ANTUNES, 1999, 19-20, grifo do autor).

O *sistema de mediação de segunda ordem*, por sua vez, corresponde a um momento específico do contexto histórico-social, pois sua implementação afetou profundamente as funcionalidades do sistema de primeira ordem, através da introdução em seu controle social e metabólico de elementos fetichizadores e alienantes, sendo o capital seu principal instrumento para a dominação e o controle social. Mészáros (2011, p. 188) define capital como “[...] um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas”.

A partir disso, pode-se conceber o capital como um mecanismo de mediação reprodutivo que contribuiu sistematicamente para separar o valor de troca e o valor de uso, onde o segundo se torna subordinado ao primeiro. Assim, as classes dominantes, nas palavras de Batista (2015, p. 47), “[...] passam a utilizar a ideologia e a consciência como forma de disseminação de seus ideais de legitimação de domínio, estabelecendo assim uma relação dialética entre a atividade social e a consciência, instituindo com isso um meio moral para poderem exercer o domínio”.

Antunes (1999) fundamenta-se em Marx para destacar os elementos que caracterizaram a subordinação do valor de uso sob o valor de troca. Nesse sentido, a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção, as imposições de

condições subjetivadas e alienadas sobre os trabalhadores e a personificação do capital como fator de superioridade ao trabalho e ao trabalhador são algumas características para explicar a finalidade essencial desse sistema de mediações de segunda ordem que, para Antunes (2009, p. 23) objetiva “[...] expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, – devem estar estritamente subordinados”.

Assim, as mediações de segunda ordem promovem a inversão da lógica social e, ao se sobrepor às mediações de primeira ordem, conduzem a um novo sistema de metabolismo social estruturado pelo capital, com centralidade nas atividades de produção, reprodução e valorização da acumulação de riquezas.

Essas mudanças afetaram o movimento social dos trabalhadores, principalmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil. Movimentos sociais, sindicais e políticos começam a se expandir, provocando uma crise do capital de dimensão fenomênica, acarretada pela crise do taylorismo/fordismo.

Sobre a instauração dessa crise estrutural do capital, e como resposta à mesma, Antunes (2002, p. 23) nos diz que:

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins dos anos 60 e início dos 70 – em verdade, expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais –, fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implantasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, à reposição de seu projeto de dominação societal, abalados pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

E acrescenta ainda que,

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência crescente da taxa de lucro, [...] Com o deslocamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa (ANTUNES, 1999, p. 31, grifo do autor).

Essa crise estrutural do capital no taylorismo/fordismo trouxe várias consequências para o desenvolvimento econômico, sendo a queda da taxa de lucro como o principal acontecimento desse período, o que acabou reduzindo os níveis de produtividade do capital. Além disso, outros aspectos conjunturais também acarretaram no esgotamento de acumulação no sistema produtivo, na hipertrofia da esfera financeira, na concentração de capitais a partir da fusão entre empresas monopolistas e oligopolistas, na crise do estado de bem-estar (Welfare State) e no aumento acentuado das privatizações.

Como já descrito acima, a tendência decrescente da taxa de lucro é decorrente da crise do fordismo e keynesianismo, o que ocasionou no agravamento estrutural do capital por causa da forte expansão do capital financeiro, atingindo todo o mundo e com mais intensidade países asiáticos, como o Japão. Assim, como resposta à crise, no mundo capitalista

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vista a dotar o capital do instrumento necessário para repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31).

Nessa perspectiva, o capital, como resposta, percebe na inovação tecnológica, promovida pelas mutações organizacionais e tecnológicas do *toyotismo*, aliada à política neoliberal, o caminho para sua reestruturação e difusão de novos modelos de produção. “Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada” (ANTUNES, 1999, p.36).

O *toyotismo*, modelo implantado no Japão, tem como características a flexibilização, a desregulamentação e as formas de gestão produtivas, efetivadas a partir da integração e convergência entre trabalho vivo e trabalho morto, da redução do tempo e do trabalho improdutivo e da ampliação do trabalho imaterial. Uma das características do *toyotismo* é a visão do trabalhador como um ser polivalente, com a capacidade de desempenhar várias funções dentro do ambiente organizacional.

Um trabalhador que raciocina no ato de trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos do que os aspectos estritos do seu âmbito imediato é um trabalhador que pode ser tornado polivalente. É esse o fundamento das economias de escala humanas. Cada trabalhador pode realizar um maior número de operações, substituir outras e coadjuvá-las. A cooperação fica reforçada no processo de trabalho, aumentando por isso as economias de escala, em benefício do capitalismo (BERNARDO, 1986 apud ANTUNES, 1999, p. 45).

Assim, a acumulação flexível, aliada às tendências neoliberais, se destaca no capitalismo contemporâneo, a qual combinam seus padrões produtivos e tecnológicos à superexploração da força de trabalho e aos baixos salários. Nessa direção, o trabalho assume características mais tecnológicas, porém com maior exploração do trabalhador, a partir da concepção disfarçada de sua polivalência, conduzindo numa visão maniqueísta de que possui várias qualidades, sendo que o que está em jogo é a sua superexploração e a diminuição do tempo livre.

O trabalho agora conta com técnicas de gestão informacional computadorizada, o que implica num maior “aproveitamento” da mão de obra pelo empregador e na utilização de menos trabalhadores para obter maior produtividade. O sistema japonês de produção industrial foi um pilar importante para a superação da crise capitalista. Passa-se então a falar em trabalho inovador e integrado, em outras palavras: trabalho explorador disfarçado. O trabalho humano tornou-se um trabalho em equipe, com certa polivalência de funções, onde os círculos de controle de qualidade instigam os trabalhadores a discutir sobre o trabalho desempenhado visando níveis produtivos cada vez maiores (BATISTA, 2015, p. 44).

Mesmo as ações de classe contra o capital, baseadas nas várias formas de resistência e das grandes greves operárias, como as americanas e inglesas dos anos 90 citadas por Antunes (1999), as quais tinham como principais reivindicações os baixos salários e as precárias condições de trabalho, não foram suficientes para impedir que o capital se fortalecesse novamente. Entretanto, os movimentos grevistas possibilitaram algumas percepções em relação ao capital e às novas realidades em torno das condições de trabalho.

Esse período é caracterizado pelo ataque do capital à classe trabalhadora e a expansão do setor financeiro especulativo. Há uma exclusão dos países periféricos do reordenamento capitalista, implicando em modificações internas, as quais levaram ao

desemprego e à precarização da força de trabalho. A reorganização do capital deu-se em países centrais, como EUA, Alemanha e Japão, tendo como principais características o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a destruição da natureza. Segundo Batista (2015, p. 44) “A destituição do Estado de bem-estar social para uma privatização das necessidades coletivas e de seguridade social implicou numa aproximação de políticas neoliberais”.

Esses acontecimentos desencadearam numa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais e na expansão e liberação de capitais financeiros, o que acarretou na destruição das forças produtivas, da natureza, do meio ambiente e do trabalho, bem como no contingenciamento da precarização do processo produtivo e a elevação dos níveis de desemprego estrutural. Antunes (1999) destaca como impactos do *toyotismo* no mundo do trabalho a

[...] desregulamentação enorme dos direitos do trabalho que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil [...] (ANTUNES, 1999, p.53).

Percebe-se que a crise do capital ocasionou profundas mutações no mundo do trabalho, conduzidas pela produção de mercadorias, desencadeando o desemprego estrutural, o aumento contingente de trabalhadores em condições precárias de trabalho, a degradação da relação metabólica homem/natureza, dentre outras. Evidencia-se também uma inclusão de novas formas de (des)sociabilização nas dimensões de organização societal, em formas de fetichização de uma sociedade democrática, da desmercantilização da vida societal e do fim das ideologias (ANTUNES, 1999).

As consequências da reestruturação do capital desencadearam no processo de desproletarização, de precarização e intensificação da força de trabalho, além do aumento da jornada de trabalho e desmonte dos direitos trabalhistas. Isso ocasionou na ampliação do subproletariado, dos trabalhadores terceirizados e dos subempregados, bem como na amplitude da *classe-que-vive-do-trabalho*, ou seja, da ampliação da classe trabalhadora. “A expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude *ao ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje,

apreender sua efetividade sua *processualidade e concretude*” (ANTUNES, 1999, p. 101, grifo do autor).

A *classe-que-vive-do-trabalho*, ou seja, a ampliação da classe trabalhadora, bem como o trabalho/trabalhador produtivo e improdutivo como elementos básicos analíticos das dimensões do trabalho sobre o capitalismo contemporâneo, são elementos fundamentais para compreender a classe trabalhadora hoje.

Com a desestruturação do WelfareState e o crescimento do desemprego estrutural, surgiram novas tendências de trabalho, mesclando os campos e locais de atuação profissional, os quais não mais se limitaram apenas no espaço fabril.

A mercantilização da força de trabalho juntamente com a alienação da mesma estabelece um processo de mobilidade forçada, que é regida por uma lógica própria baseada na articulação entre capital e trabalho. As lutas de classe e a exploração capitalista determinam a mobilidade do trabalhador e o deslocamento parte das especificações impostas pela necessidade de acumulação capitalista (BATISTA, 2015, p. 50).

As novas mutações incrementaram um novo proletariado fabril e de serviços, conduzindo a um trabalho ainda mais precarizado, podendo-se destacar nesse conjunto os trabalhadores terceirizados e temporários e os part-times (trabalhadores com contrato a tempo parcial), proliferando-se para inúmeras partes do mundo. Portanto, segundo Antunes (1999, p. 103)

[...] uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

É importante destacar também a inserção das mulheres no mundo do trabalho, o que ocasionou na divisão sexual do trabalho, tanto em termos de trabalho intensivo quanto em termos financeiros. Significa que as mulheres, além de receberem um percentual de remuneração inferior aos homens, ainda exerciam trabalho manual, restrito às áreas mais roteirizadas, onde havia maior trabalho intensivo.

Outras tendências destacadas por Antunes (1999) que caracterizaram o mundo do trabalho é o aparecimento do setor de serviços, o “Terceiro Setor” e o trabalho em domicílio. De acordo com Antunes (2014),

Se parece evidente que o proletariado industrial, herdeiro da era taylorista e fordista, vem se reduzindo em várias partes do mundo capitalista central, há também uma contratendência forte, dada pela expansão exponencial de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras especialmente no setor de serviços, mas também na agroindústria e, ainda que em menor intensidade, na indústria (ANTUNES, 2014, p. 41).

Então, o setor de serviços foi afetado pelas mutações organizacionais e tecnológicas em suas formas de gestão, no qual o assalariamento se aproximou da racionalidade do mundo produtivo, gerando uma interpretação recíproca entre setor de serviços e mundo produtivo, ampliando os contingentes de trabalho informal.

O “Terceiro Setor”, por sua vez, diz respeito ao surgimento de empresas com perfil comunitário, com predominância de formas de trabalho voluntário, assistencial, sem fins lucrativos, incorporando apenas uma parcela de profissionais que foram expulsos do mercado de trabalho capitalista.

O trabalho em domicílio, outra tendência abordada por Antunes (1999), surgiu com a introdução da telemática, derivando-se da expansão das formas de flexibilização e horizontalização do capital produtivo, bem como da necessidade de um mercado mais individualizado. Dentre os efeitos causados à economia, destacam-se a flexibilidade nos processos de produção, a redução dos estoques de produtos intermediários, o encurtamento nos prazos de entrega, a diminuição do capital de giro e a inserção de equipamentos eletrônicos no setor de vendas e franquias (ANTUNES, 1999).

Antunes (1999) explicita também em sua obra a oposição à teoria habermasiana, que defende a categoria ciência e comunicação como principais forças produtivas, deixando a categoria trabalho, num plano periférico. Lessa (1997, p. 156), no que tange aos questionamentos em torno dos aspectos centrais da vida humana, diz que

Tal amplitude do debate acerca do lugar do trabalho nas relações sociais contemporâneas, com a intervenção de áreas distintas das ciências humanas, com tradições e com léxicos específicos muito diferentes (pensemos entre, por exemplo, a tradição e o léxico da filosofia e o da sociologia do trabalho, ou entre aqueles da ciência política e do serviço social), fizessem com que a própria expressão centralidade do trabalho adquirisse significados e ressonâncias diversos.

Para defender em sua tese o trabalho como elemento central no processo de desenvolvimento humano e social, Antunes (1999) se baseia em Lukács, Marx e Mészáros para justificá-la, argumentando que o capital necessita do trabalho vivo para sua reprodução. O autor reconhece o importante papel da ciência, mas enfatiza que esta, sem a base material das relações entre capital e trabalho, se encontra tolhida.

O trabalho é a matriz fundante do ser social, uma vez que ele se constitui em mediação entre o ser natural e o ser social. Além disso, é através do trabalho que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, sendo, portanto, a base a partir da qual se estrutura qualquer forma de sociabilidade (SILVA; BRAGA, 2014, p. 48)

Nesse mesmo horizonte, Lessa (1997, p. 158) acrescenta que:

Nessa acepção, o trabalho comparece como a categoria fundante do mundo dos homens: é nela que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Ou, em outras palavras, porque é no trabalho que prévias-ideações e determinações objetivas do real se sintetizam em novos entes que, por sua vez, apenas podem vir a ser enquanto sínteses postas por objetivacões de prévias-ideações.

Partindo dessas acepções, Antunes (1999) propõe então um projeto que tem como principal desafio construir uma sociedade que compreenda o trabalho para além do capital. A articulação entre os interesses imediatos, por meio de valores socialistas e emancipadores, são alguns caminhos para romper com a barreira social que separa as classes-que-vivem-do-trabalho. Assim, “[...] tem-se o *trabalho*, na ontologia do ser social, como uma *categoria qualitativamente nova*. O ato teleológico é seu elemento constitutivo central [...]” (ANTUNES, 1999, p. 138).

O trabalho como centro da vida cotidiana e dos valores sociais e culturais deve ser concebido pela retomada do sistema de mediações de primeira ordem e dos valores de uso nas relações sociais, tendo em vista as características prioritárias desse sistema para uma vida autêntica, onde o trabalho social tem como fundamento a produção de coisas úteis a partir de sua perspectiva ontológica que, segundo Lukács (1980), se caracteriza como o centro da humanização do homem social.

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre

homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica [...], quanto com a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social [...]. Todas as determinações [...] estão presentes na essência do que é novo no ser social estão contidas in nuce no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social [...] (Lukács, 1980 apud Antunes, 2009, p. 136, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o tempo livre ganha sentido, concebido para além da esfera do trabalho, em que este seja autodeterminado, característica essencial na dimensão humana e social. “A alegria de trabalhar, o prazer, o sofrimento, a invenção do trabalho e a sua organização nos leva a refletir sobre diferentes contextos e chaves de compreensão dos sentidos que se entrelaçam subjetivamente” (DIAS, 2009, p. 33).

Portanto, apreender o trabalho para além do capital ou do emprego é condicionante para que os seres humanos se apropriem das dimensões ontológica e histórica das relações sociais, tendo em vista que a compreensão dos sentidos do trabalho e seus fundamentos como norteadores para a superação do reducionismo que o modo de produção capitalista tem tentado implementar na vida dos indivíduos. O trabalho como categoria fundante do ser social, se torna primordial para se entender todo o processo de formação da sociedade, cujo aspecto central é vivenciar o trabalho em suas variadas dimensões.

METODOLOGIA

O percurso metodológico se baseou numa revisão de literatura, cujo o objetivo foi descrever a respeito das contribuições teóricas dos trabalhos de Ricardo Antunes, como também dos demais autores que publicaram obras cujo tema central seja o trabalho e as influências do capital para a dominação social, bem como das dimensões que o trabalho deve assumir, segundo esses autores, para a superação do sistema capitalista dominante e a formação de sujeitos cidadãos e emancipados.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 79) esse recurso metodológico “[...] reporta e avalia o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para seu trabalho”. Nesse sentido, tendo em vista que o trabalho se apropriou especificamente pela pesquisa

teórica, percebe-se que esse tipo de produção científica contribui significativamente para discussões e estudos em torno de uma temática que, no caso dessa pesquisa, é analisar os caminhos assumidos pelo trabalho na sociedade e a importância de assumi-lo como característica central e fundante do ser, como também suas contribuições para o processo educacional.

O levantamento bibliográfico compreendeu-se em livros, artigos, periódicos e teses, os quais foram suficientes para se discutir o tema proposto, bem como construir a pesquisa bibliográfica e as considerações finais. O livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, de Ricardo Antunes, foi a obra-núcleo da pesquisa proposta, pois carrega elementos cruciais e iniciais, constituindo-se de base para as demais produções científicas.

Ao final, após a contextualização dos argumentos teóricos que contribuíram para responder a questão inicial, buscou-se elencar as contribuições que os autores abordados trazem em seus estudos para compreender os sentidos do trabalho na sociedade capitalista e os caminhos para que o princípio educativo seja o alicerce no processo de ensinar e aprender, baseando-se na formação emancipatória para o mundo do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreender o trabalho nos dias atuais é desafiador, principalmente porque o relacionamos apenas ao emprego, ou seja, a maioria dos indivíduos concebem o trabalho apenas como um afazer que gera retorno financeiro para a sobrevivência e o consumo de bens materiais. O que se percebe é que efetivou-se na sociedade “[...] *uma subordinação estrutural do trabalho ao capital* e sua consequente divisão social hierarquizada, fundada sobre o trabalho assalariado e fetichizado” ANTUNES (1999, p. 80, grifo do autor).

Quando se baseia em Antunes (1999) para se refletir acerca dos sentidos que o trabalho assume no sistema de metabolismo social, nota-se que o mesmo autor enfatiza as dimensões que o trabalho precisa assumir na sociedade, entendendo-o não mais apenas em seu sentido manual e técnico que gera salário e renda, mas como elemento fundante do ser social, que permeia todas as ações humanas de criação e inovação.

Nesse sentido, o homem pode ser concebido como um ser social porque trabalha. Entretanto, o trabalho não se relaciona exclusivamente ao emprego, mas como um princípio constitutivo da vida humana. Como nos fala Saviani (2007), o trabalho se relaciona diretamente à educação, por meio de fundamentos ontológico-históricos. A relação trabalho-educação é o caminho para a manifestação plena pelo homem de sua identidade.

Entretanto, historicamente, trabalho e educação foram dissociados na prática, principalmente após a implementação do capitalismo na sociedade brasileira, que corrompeu os indivíduos, tornando-os seres mecânicos e produtivos, com visão reduzida da vida em sociedade. Os caminhos para superar essa separação foram tortuosos e difíceis, conforme já citados anteriormente. Desse modo, Antunes (1999, p. 182, grifo do autor), concluiu que

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo, contra o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital.

Assim, para se concretizar o trabalho como princípio educativo e ontológico do ser, Antunes (1999) propõe um projeto de organização social, permeada por valores socialistas e emancipadores, voltado a criação de novos mecanismos de organização do trabalho na sociedade moderna.

[...] a recuperação societal de uma lógica voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais é o primeiro desafio mais profundo da humanidade, [...] O segundo princípio societal imprescindível é o de converter o trabalho em atividade livre, auto-atividade, com base no tempo disponível (ANTUNES, 1999, p. 180;181, grifo do autor).

Em termos educacionais, esse projeto parte do trabalho como princípio educativo. Significa dizer que o trabalho é enfatizado a partir de suas dimensões ontológica e histórica, haja vista que são elementos estruturadores para se pensar o trabalho para além do capital. É fundamental entender as mutações que ocorreram no mundo do trabalho para além de um ato laboral, sendo caracterizado como aspecto fundante do ser e de sua humanidade.

A formação dos indivíduos, então, transcende a visão reducionista que se tem do trabalho. Os sistemas de ensino devem, portanto, se basear na concepção do trabalho como princípio educativo, que, nada mais é do que promover uma educação politécnica (ou tecnológica), por meio de uma escola unitária e reflexiva.

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo [...] (Gramsci, 1968, p. 130).

Percebe-se, portanto, que educação e trabalho devem sempre caminhar juntas, pois são concepções estritamente interligadas e indissociáveis, necessárias à formação *omnilateral* dos sujeitos sociais. O verdadeiro trabalho (aquele ensinado a partir de suas dimensões histórica e ontológica) deve ser transmitido através do viés educativo, como fator ontologicamente útil à vida do ser e para a melhoria das relações sociais.

A perspectiva do trabalho em sua característica emancipadora, que transcende a concepção dominante trazida pelo capital, é o ponto de partida para que as instituições de ensino possibilitem uma formação permeada pelas dimensões da vida cotidiana e autêntica, a partir da volta do sistema de mediação de primeira ordem, que se baseia pelo valor de uso, do trabalho social e pela produção de coisas úteis à transformação e autodeterminada da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, podemos notar a grandiosidade da obra de Antunes (1999) para a compreensão dos sentidos que o trabalho assumiu e assume na sociedade. A exploração do trabalho pelo capital é discutida com ênfase e questões vitais surgem como propostas para sua superação, baseada num projeto de sociedade que visa vivenciar o trabalho em suas múltiplas dimensões sociais.

Assim, ao compreendermos essas múltiplas variáveis que compõem o mundo do trabalho numa perspectiva de pensar a reestruturação da sociabilidade, que tem sido desestruturada pelo capital, os estudos ora apresentados trazem contribuições essenciais para entender que o trabalho “sem sentido” serve apenas para alimentar o capital e a classe dominante. É preciso entender o trabalho como aspecto que proporcionará condições para florescer a subjetividade emancipatória, um novo sentido para o trabalho no metabolismo social contemporâneo.

A obra de Antunes (1999) é uma reflexão importante para a visão ontológica e histórica do trabalho, termos analisados e enfatizados principalmente por Saviani e Lukács. O trabalho é o ponto de partida para a formação de toda a sociedade e está intrínseco ao campo educacional, podendo transcender no currículo de modo interdisciplinar e integrado. A análise do trabalho na educação também está diretamente relacionada com os estudos promovido pela obra de Antunes (1999), pois não podemos desvincular o ensino da perspectiva ontológica e histórica do trabalho, tampouco da visão do trabalho como princípio educativo na formação *omnilateral* dos estudantes.

Portanto, conclui-se que o trabalho numa perspectiva ontológica e histórica traz para centro do debate a vida cotidiana e dos valores sociais, elementos fundamentais para compreendermos o metabolismo social implantado pela sociedade capitalista. As lutas contra a hegemonia do capital têm na visão educacional do trabalho como princípio educativo o ponto-chave para a superação do viés fragmentado do trabalho. Isto posto, cabe aos sujeitos sociais o enfrentamento desse modelo que está implantado sociedade contemporânea, através de ações educativas e sócio-políticas que promovam a concepção humanística e emancipatória do trabalho, isto é, que a luta contra-hegemônica no contexto educacional e social seja abstraída pelos sujeitos sociais em sua perspectiva emancipadora de transformação da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação)*. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p 23-45, jul./dez. 2002.

Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601/11975>>.
Acesso em 20.11.2017.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil*. Estudos Avançados, Campinas-SP, UNICAMP, vol. 28, n. 81, São Paulo Maio/Ago., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004>. Acesso em 21.11.2017.

BATISTA, Pedro Henrique Alves. *Capitalismo e Trabalho: Os Direitos Trabalhistas para Temporários, Estudo de Casos de Trabalhadores Rurais em São Gotardo*. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, São Gotardo, Número XI, p. 39-58, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/210/295>>. Acesso em 20.11.2017.

DIAS, Maria Sara de Lima. *Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários*. Tese de Doutorado, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106654/265561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 04.11.2017.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LESSA, Sergio. *Centralidade do trabalho: qual centralidade?* Revista de Ciências Humanas, Florianópolis-SC, vol. 15, n. 22, p. 153-164, UFSC, jul./dez., 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23513/21179>>. Acesso em 19/11/2017.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa). Disponível em: <<https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 05.10.2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SILVA, Jardel Messias; BRAGA, Jailson. *Os Sentidos do Trabalho: uma análise circunscrita ao trabalho dos docentes de duas instituições de ensino superior em Salvador*. Revista Formadores: Vivências e Estudos, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 46-59, Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/446/422>>. Acesso em 02.11.2017.